

DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÉNERO PARA LÍDERES E DECISORES



Guia Estratégico sobre Diversidade Sexual e de Género para Líderes e Decisores

Associação para Defesa da Mulher e dos Povos
socialmente conhecida como
Arquivo de Identidade Angolano (AIA)

Acrónimos

CPA	Código Penal Angolano
CRA	Constituição da República de Angola
HSH	Homens que fazem sexo com homens
LGBTIQ+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Intersexo, Queer e +
SOGIESC	(inglês) OSIEGCS (português) - Orientação Sexual, Identidade de Género, Expressão de Género e características sexuais
TG	Transgéneros.
TS	Trabalhadoras e trabalhadores de Sexo

O *Guia Estratégico sobre Diversidade Sexual e de Género para Líderes e Decisores* foi desenvolvido pela **Associação para Defesa da Mulher e dos Povos** socialmente conhecida como **Arquivo de Identidade Angolano (AIA)**, em colaboração com a **Associação ÍRIS Angola**, **Movimento Eu Sou Trans**, **Aliança de Trabalhadores de Sexo de Angola (ATSA)**, **Descolorir**, **Queer People**, **Movimento T**, **LGBT Angola**, **Movimento Transformar**, **Instituto Nacional de Luta contra a SIDA - Ministério da Saúde**, e contou com o apoio do programa **#WeBelongAfrica** do PNUD e design gráfico por Luamba Muinga.



“
Pessoas que têm
a capacidade
de influenciar
políticas, práticas
e procedimentos
nas suas áreas.”

A quem se destina este Guia Estratégico?

O Guia Estratégico destina-se a todas as pessoas que têm poder de decisão e influência em Angola, seja no sector público ou privado. Isto inclui deputados e membros do governo, gestores de empresas públicas e privadas, líderes religiosos e tradicionais, directores de escolas e hospitais, comandantes da polícia, juízes e procuradores, reitores de universidades, directores de departamentos de recursos humanos, gestores de projectos sociais, líderes de organizações da sociedade civil e outros profissionais em posições de liderança. São pessoas que têm a capacidade de influenciar políticas, práticas e procedimentos nas suas respectivas áreas de actuação, podendo assim contribuir para criar ambientes mais inclusivos e livres de discriminação para a comunidade LGBTQ+ em Angola, seja por meio de mudanças legislativas, reformas institucionais, políticas organizacionais ou programas específicos.

Como tomador de decisão, você pode:

Defender publicamente
os direitos humanos das
pessoas LGBTQ+

Incluir questões LGBTQ+
nas suas áreas de
responsabilidade

Assegurar recursos
adequados para
programas inclusivos

Promover diálogo com a
comunidade LGBTQ+

Monitorar o progresso das
iniciativas implementadas

Apresentação

Prezados líderes e tomadores de decisão,

Angola é um país rico em diversidade, com uma história vibrante de expressões culturais e identidades. Entre estas, encontra-se a diversidade sexual e de género, e algumas destas pessoas se identificam como pessoas LGBTQ+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgénero, Intersexo e Queer), que fazem parte do nosso tecido social há gerações, embora nem sempre visíveis ou reconhecidas.

Há mais de uma década, observamos o surgimento e crescimento singular do movimento LGBTQ+ em Angola, inicialmente mediante expressões artísticas e culturais em festas e eventos carnavalescos. Com o tempo, estes movimentos evoluíram para organizações estruturadas, apesar dos desafios sociais, administrativos e políticos que enfrentam. São grupos maioritariamente jovens, entre 15 e 40 anos, que, mesmo com recursos limitados, trabalham incansavelmente para criar espaços seguros e livres de discriminação.

A população LGBTQ+ angolana enfrenta desafios significativos devido à sua identidade e expressão de género, orientação sexual e características sexuais, que muitas vezes não se enquadram nas expectativas tradicionais sobre papéis de género. Como resultado, experimentam altos níveis de preconceito, estigma, discriminação e violência, tanto no sector público como privado - nas escolas, centros de saúde, serviços públicos e até mesmo no seio familiar.

Este Guia Estratégico que têm em mãos é um instrumento fundamental para informar e orientar as suas decisões. Como líderes em diversos sectores da sociedade angolana, têm o poder de influenciar mudanças positivas e promover a inclusão. O vosso papel é crucial para garantir que todos os cidadãos angolanos, independentemente da sua orientação sexual, identidade de género, ou características sexuais, possam viver com dignidade e aceder aos seus direitos fundamentais.

“

A população
LGBTIQ+ angolana
enfrenta desafios
significativos tanto
no sector público
como privado.



Conceitos Básicos

Direitos Humanos

Os direitos humanos são normas que reconhecem e protegem a dignidade de todos os seres humanos. Eles regem o modo como os indivíduos vivem em sociedade e entre si, bem como sua relação com o Estado e as obrigações que o Estado tem em relação a eles¹. Incluem liberdades fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança pessoal, à liberdade de expressão, ao trabalho e à educação, entre outros. São universais, inalienáveis e aplicáveis a todos, sem discriminação de raça, sexo, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição².

Discriminação

Qualquer distinção, exclusão ou restrição que tenha como efeito ou propósito prejudicar ou anular o reconhecimento, gozo e exercício, por qualquer pessoa, dos direitos humanos e liberdades fundamentais no domínio político, económico, social, cultural, civil ou qualquer outro. Isto inclui o tratamento injusto de diferentes pessoas com base no género, idade, orientação sexual, religião, etc³.

Bissexual

Pessoas que sentem atracção física, emocional, intelectual, espiritual e sexual por pessoas dos géneros masculino e feminino.

Expressão de género

Forma como a pessoa mostra e exterioriza a sua identidade de género, através da aparência, roupas, gestos, postura, cabelos, e outros.

Gay

Homens que sentem atracção física, emocional, intelectual, espiritual e sexual por pessoas do mesmo género.

Género

Significado social usado para descrever as pessoas como mulheres ou homens, raparigas e rapazes, incluindo expectativas sociais de comportamentos e deveres.

Homossexual

Pessoas que sentem atracção física, emocional, intelectual, espiritual e sexual por pessoas do seu mesmo género.

HSH

Termo técnico epidemiológico usado para designar os homens que fazem sexo com outros homens, mas não se identificam como gays ou bissexuais.

Identidade de género

Compreensão e sentimento profundo e íntimo de cada pessoa enquanto homem, mulher ou outras identidades de género.

Intersexo

Pessoas que nascem com genitálias ambíguas, gónodas, produção hormonal específica e/ou outras características sexuais que não são claramente distinguidos como feminino ou masculino.

LGBTIQ+

Sigla que representa Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros, Intersexo, Queer e outras identidades (+).

Lésbicas

Mulheres que sentem atracção física, emocional, intelectual, espiritual e sexual por pessoas do mesmo género.

Orientação sexual

Refere-se à atracção e sentimentos por outras pessoas, incluindo níveis físicos, intelectuais, emocionais, espirituais e sexuais.

Papéis de género

Comportamento social e culturalmente determinado que é esperado de homens, mulheres e outras identidades de género. Os papéis são construídos socialmente em determinados locais e mudam ao longo do tempo.

Queer

Pessoas que transitam entre as noções de género, representando uma perspectiva que considera orientação sexual e identidade de género como construções sociais.

SOGIESC/OSIEGCS

Sigla que representa Orientação Sexual, Identidade de Género, Expressão de Género e Características Sexuais.

Termos locais de Angola

Bofe

O termo é usado para descrever homens gays discretos ou com expressão de género masculina, mas também é comum se referir a homens heterossexuais.

Colosseira

O termo é atribuído a mulheres trans e gays afeminados. Normalmente é usado para identificar mulheres (cis e trans) que realizam o trabalho de sexo. Mas também é comum usar o termo para designar as pessoas queers muito espontâneas ou escandalosas.

Godon

O termo é usado para descrever o trabalho de sexo, passando a se chamar de “godoneira” a pessoa da comunidade que faz trabalho de sexo.

Lady

O termo é usado para identificar lésbicas com expressão de género feminina. Acredita-se que o termo tenha sido inspirado na palavra “Ladies” em inglês que significa “senhoritas” atribuído às mulheres que fazem questão de manter o estilo bem feminino. As lésbicas também são comumente chamadas de “lelé”.

Mana

O termo é muito comum entre as mulheres trans, e é usado normalmente para reforçar o sentimento de irmandade e identidade de género comum.

Maria-homem

Um dos termos mais antigos atribuídos a meninas com comportamentos masculinos. Socialmente as meninas com comportamentos ou expressão de género masculinos são chamadas de “Maria-homem”. Embora também seja muito usado para designar lésbicas e homens trans em si.

Mona

O termo é usado para identificar gays afeminados. O termo tem origem brasileira, mas é muito popular na comunidade l+ angola. Além deste, os termos “pipoca” e “goiaba” também servem para designar gays afeminados.

Moy

O termo é usado para identificar lésbicas com expressão de género masculino. Alguns moys mesmo não se identificando como transgéneros, gostam de ser tratados com pronomes masculinos.

Pangue

O termo é usado para identificar homens gays, apesar de ser mais usado para se referir a homens gays afeminados. Acredita-se que tenha surgido por conta da antiga agência de modelos masculinos “Pangos Models” fundada em 2008, em Luanda.

Panina

O termo é usado de forma ofensiva para descrever homens gays afeminados e mulheres trans. Acredita-se que tenha se originado do termo português “paleiro”, porém, é popularmente usado para se referir aos gays com a intensão de causar desconfortos, exclusão e um sentimento de culpabilidade. Os próprios gays usam internamente para reafirmar suas identidades, apropriando-se assim desta maneira do termo como sinónimo de resistência.

Tupetuda

O termo é atribuído a mulheres trans empoderadas e independentes. É também usado para estimar as mulheres trans que enfrentam os desafios sociais e expressam a sua identidade sem medo ou receio.

Angola apresenta um quadro legal progressista no que diz respeito aos direitos LGBTIQ+, destacando-se os seguintes pontos:

1. Base Constitucional

- a. A Constituição da República de Angola estabelece que o país é fundamentado na dignidade da pessoa humana⁴
- b. O texto constitucional define como objectivo fundamental a construção de uma sociedade livre, justa, democrática, solidária, de paz, igualdade e progresso social⁴

2. Código Penal

- a. Não existem leis punitivas explícitas contra relações entre pessoas do mesmo sexo, portanto, a homossexualidade não constitui crime em Angola;
 - b. O novo Código Penal criminaliza especificamente a discriminação baseada na orientação sexual;
 - c. O Código Penal inclui protecção contra discurso de ódio baseado na orientação sexual⁵
-

Segundo o **artigo 71º do Código Penal**, constituem circunstâncias agravantes da pena se o crime for cometido com base na discriminação por raça, cor, etnia, local de nascimento, do sexo, da orientação sexual, entre outros.

Ainda no **Artigo 212º**, pune com até dois anos ou com uma multa de 240 dias a quem cometer a discriminação com base na orientação sexual na

- contratação de emprego,
- fornecimento de bens ou serviços,
- impedir ou condicionar o exercício da actividade económica,
- punir ou despedir o trabalhador,
- impedir ou condicionar a entrada em estabelecimento público ou privado.

Desafios Enfrentados pela Comunidade LGBTQI+ em Angola

A comunidade LGBTQI+ em Angola enfrenta diversos desafios significativos, apesar dos recentes avanços legais, nomeadamente:

Violência e Discriminação

- Violência perpetrada tanto por actores civis quanto por agentes da autoridade
- Discursos de ódio e ameaças contra membros da comunidade nas redes sociais
- Ausência de condenações por crimes de discriminação, apesar da legislação existente

Barreiras Institucionais

Sistema de Justiça

- Dificuldade no acesso à justiça e dificuldade de registo de casos
- Atrasos processuais significativos nos casos em que envolvem vítimas LGBTQI+
- Falta de clareza sobre inclusão de pessoas LGBTQI+ em programas de assistência jurídica
- Agentes da justiça sem formação adequada em questões de diversidade sexual e de género

Sistema de Saúde

- Acesso limitado a serviços de saúde específicos, devido a estigma e discriminação
- Foco restrito em saúde física e reprodutiva, descurando-se a saúde mental e demais áreas da saúde
- Carência de serviços especializados para pessoas trans e intersexo, por exemplo, terapia hormonal
 - Estigma e discriminação em ambientes de saúde e treinamento insuficiente sobre SOGIESC

Sistema Educacional

- Ambiente escolar hostil marcado por bullying, discriminação e falta de proteção para jovens LGBTQI+ por parte de professores, seguranças e alunos.
- Ausência materiais didáticos de educação inclusiva
- Resistência institucional e despreparo profissional docente para abordar temas de diversidade sexual e de género

Documentação e Reconhecimento Legal

- Impossibilidade de pessoas transgénero alterarem nome e género em documentos oficiais
 - Falta de protecção legal específica para identidade de género
- Ausência de políticas de reconhecimento de pessoas intersexo à nascença em documentos

Desafios Estruturais

- Baixo investimento e ausência de políticas públicas voltadas à população LGBTQI+.
- Fraca articulação entre governo e organizações LGBTQI+, dificultando avanços em direitos e proteção.
- Falta de dados, pesquisas e monitoramento sistemático sobre violações de direitos humanos contra pessoas LGBTQI+.

Barreiras Culturais e Sociais

- Pouco reconhecimento histórico da diversidade sexual e de género na cultura angolana e africana
- Estigma social, familiar e exclusão de espaços públicos e privados, com base em preconceitos
 - Discriminação no mercado de trabalho

Impactos Socioeconómicos da Discriminação e Exclusão Social das Pessoas LGBTQI+

A discriminação e exclusão social das pessoas LGBTQI+ em Angola têm consequências graves não apenas para os indivíduos afectados, mas também para o desenvolvimento económico e social de país como um todo. Esta secção apresenta dados concretos sobre estes impactos e demonstra como a inclusão pode beneficiar o país.

Impactos Individuais e Familiares

De acordo com uma pesquisa quantitativa realizada pelo Arquivo de Identidade Angolano, com a The Other Foundation, em 2024 com 249 pessoas LGBTQI+ em Luanda, constatou-se a discriminação afecta profundamente a vida económica das pessoas de minorias sexuais e de género⁹.

Estes números revelam que a comunidade LGBTQI+ está financeiramente sobrecarregada, enfrentando barreiras significativas no acesso a oportunidades económicas e apoio familiar.





Impactos no Desenvolvimento Económico Nacional

Estudos internacionais demonstram que a discriminação contra pessoas LGBTIQ+ tem custos significativos para a economia nacional⁶. Segundo Badgett et al. (2014), a exclusão desta população impacta negativamente o desenvolvimento económico através de:

Redução da produtividade:

- Menor participação no mercado de trabalho
- Alocação ineficiente de recursos humanos
- Perda de tempo de trabalho devido à discriminação

Diminuição do capital humano:

- Subinvestimento em educação
- Barreiras no acesso à formação profissional
- Fuga de talentos para países mais inclusivos

Aumento de custos sociais:

- Maiores gastos com saúde devido ao estresse da discriminação
- Custos adicionais nos sistemas de assistência social
- Perda de potencial produtivo

No ambiente de trabalho e serviços:



25%

sofreram discriminação por colegas de trabalho



25%

sofreram discriminação por clientes



38%

receberam tratamento hostil por funcionários em estabelecimentos comerciais



46%

sofreram discriminação por outros clientes em estabelecimentos



Benefícios da Inclusão

A pesquisa internacional mencionada demonstra que países que promovem a inclusão LGBTIQ+ experimentam:

- Aumento do PIB per capita (aproximadamente \$320 por cada direito legal adicional reconhecido)
- Melhoria no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
- Maior atracção de investimento estrangeiro
- Ambiente mais propício para inovação e criatividade

Boas Práticas Internacionais

A inclusão de pessoas LGBTIQ+ nos países africanos tem avançado por meio de diversas práticas eficazes, adaptadas aos contextos socioculturais locais. Algumas das principais iniciativas incluem:

Reconhecimento de direitos:

- **Namíbia (2023)** - Reconhecimento de casamentos entre pessoas do mesmo sexo realizados no estrangeiro
- **Lesoto (2012)** - Descriminalização seguida de diálogo contínuo com activistas LGBTIQ+ e líderes comunitário

Protecção contra discriminação e violência:

- **Maurícias (2016-2021):** Alteração da Lei de Protecção contra Violência Doméstica para incluir pessoas que vivem sob o mesmo teto, incluindo as pessoas LGBTIQ+

Melhorias na segurança pública e acesso à Justiça:

- **Costa do Marfim** - Formação de pontos focais de género nas esquadras e criação de plataforma online para denúncias

- **Moçambique** - Revisão do manual de formação policial incluindo questões LGBTIQ+
- **Quênia (2016)** - Proibição de exames anais forçados em pessoas detidas

Avanços na saúde:

- **Zâmbia (2022)** - Protocolo médico para protecção de pessoas intersexo nos cuidados de saúde
- **República Democrática do Congo, Moçambique e Angola** - Inclusão de homens que fazem sexo com homens e pessoas trans nas estratégias nacionais de resposta ao VIH

Coleta de dados e reconhecimento institucional:

- **Quênia (2019)** - Primeiro país africano a incluir pessoas intersexo no censo nacional

Instrumentos Regionais de Protecção dos Direitos das Pessoas LGBTIQ+

Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos: Adoptada em 1981, é um dos tratados jurídicos mais influentes da região. O artigo 2.º proíbe a discriminação por vários motivos, que podem ser interpretados como incluindo a orientação sexual e a identidade de género. Os artigos 4.º e 5.º garantem o direito à vida e à integridade pessoal e proíbem a tortura e os tratamentos cruéis para todos os indivíduos.

Resolução 275 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos: Em 2014, em Luanda, Angola, a Comissão adoptou a Resolução 275 sobre a protecção contra a violência e outras violações dos direitos humanos contra pessoas com base na sua orientação sexual ou identidade de género, real ou imputada. Esta resolução condena a violência e a discriminação contra pessoas LGBTIQ+ e apela aos Estados para promulgarem leis que proíbam tais actos⁷.

Protocolo de Maputo: Embora não mencione explicitamente os direitos das pessoas LGBTIQ+, promove a igualdade de género e os direitos das mulheres, o que pode ser interpretado como incluindo as mulheres lésbicas, bissexuais e transgénero.

Carta Africana da Juventude: Esta carta promove os direitos dos jovens, incluindo a não discriminação, que pode ser aplicada aos jovens LGBTIQ+⁸.

Resolução 552 da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos: Em 2023, a Comissão adoptou a Resolução sobre a Promoção e Protecção dos Direitos das Pessoas intersexuais em África. Esta resolução insta os Estados a implementarem políticas e leis para salvaguardar os direitos das pessoas intersexo em diversos âmbitos.



Recomendações Estratégicas para Promoção dos direitos dos cidadãos e cidadãs LGBTIQ+ Angolanos

Âmbito Legal e Político

Desenvolver e implementar uma lei abrangente geral contra discriminação de diversos grupos minoritários que: Proteja explicitamente pessoas com base na orientação sexual e identidade de género e características sexuais

- Abranja todas as áreas da vida social (emprego, educação, saúde, habitação e serviços públicos)
- Inclua mecanismos claros de implementação e monitoria

Fortalecer o quadro legal existente:

- Permitir que pessoas transgénero possam alterar seu nome e género em documentos oficiais, através da reforma do Código de Registo ou outra medida legal.
 - Criar procedimentos específicos para investigar e processar crimes motivados por preconceito, discriminação e discursos de ódio.
 - Promover a participação política de maneira segura e intencional da pessoas abertamente LGBTIQ+, e outros grupos minoritários para participação política da população LGBTIQ+
-

Acesso à Justiça

Melhorar o acesso ao sistema de justiça:

- Promulgar lei específica sobre assistência jurídica para pessoas LGBTIQ+ e outros grupos minoritários e vulnerabilizados.
 - Criar programas de formação obrigatória para agentes da lei, polícias, juízes e procuradores.
 - Incluir na Lei contra Violência Doméstica procedimentos específicos para grupos minoritários como pessoas LGBTIQ+, pessoas com deficiência, jovens mulheres, pessoas vivendo com VIH, pessoas albinas e outros grupos.
 - Investigar de forma adequada e célere casos de violência e assassinatos de pessoas LGBTIQ+ para evitar clima de impunidade e discursos de ódio
-

Saúde

Reformar o sistema de saúde:

- Incluir necessidades específicas da população LGBTIQ+ nas políticas de saúde em todos os níveis e áreas, e não somente VIH e ITS
- Treinar profissionais de diferentes áreas de actuação da saúde sobre diversidade sexual e de género
- Desenvolver protocolos específicos para atendimento de pessoas trans e intersexo nos cuidados primários e cuidados para afirmação de género

Educação

Transformar o ambiente educacional:

- Actualizar materiais educativos para incluir diversidade sexual e de género
- Implementar educação sexual abrangente nos currículos escolares
- Capacitar professores e funcionários sobre questões LGBTQ+ e SOGIE
- Criar políticas anti-bullying específicas

Sensibilização e Capacitação

Promover conscientização pública:

- Lançar campanhas nacionais contra discriminação
- Envolver mídia, líderes comunitários e religiosos
- Destacar contribuições positivas da comunidade LGBTQ+

Fortalecer capacidades institucionais:

- Treinar funcionários públicos e privados em todos os níveis e sectores.
- Estabelecer pontos focais LGBTQ+ em instituições-chave
- Capacitar pontos focais de género em instituições-chave em diversidade de género e sexual
- Criar mecanismos de consulta com organizações LGBTQ+

Monitoria e Avaliação

Estabelecer sistema robusto de colecta de dados:

- Documentar casos de discriminação e violência
- Monitorar o acesso a serviços públicos
- Avaliar impacto das políticas implementadas
- Produzir relatórios regulares sobre a situação dos direitos das pessoas LGBTQ+ em Angola

Medidas Prioritárias para Implementação Imediata

- Criar grupo de trabalho interministerial sobre não discriminação e contra a violência a pessoas LGBTQ+
- Incluir representantes das organizações LGBTQ+ na elaboração, implementação e monitoria da políticas públicas e estratégias nacionais de sectores chaves
- Desenvolver plano nacional de acção com metas claras
- Iniciar diálogo regular com organizações da sociedade civil e parceiros
- Implementar projectos-piloto em áreas prioritárias



Referências para aprofundamento no tema

Código do Registo Civil Angolano

(<https://angolex.com/paginas/codigos/codigo-civil.html>)

Manual para Parlamentares como promover direitos humanos e inclusão de pessoas LGBTI

(<https://www.undp.org/publications/advancing-human-rights-and-inclusion-lgbti-people-handbook-parliamentarians-o>)

Guia prático de direitos à luz da legislação angolana: Carregue os Teus Direitos Contigo;

Relatório de Linha de Base do #WeBelongAfrica

(<https://www.undp.org/africa/publications/inclusive-governance-initiative-angola-baseline-report>)

Avaliação do Ambiente Jurídico para o VIH e o Direito à Saúde Sexual e Reprodutiva

(<https://www.undp.org/pt/angola/publications/avaliacao-do-ambiente-juridico-para-o-vih-e-o-direito-saude-sexual-e-reprodutiva>)

Manual de Formação em Igualdade de Oportunidades entre homens e mulheres, CITE, 2003

PNUD, Human Development Reports

(<http://hdr.undp.org/en/content/gender-development-index-gdi>)

Recursos Adicionais

Contactos de organizações LGBTQ+ em Angola

Arquivo de Identidade Angolano (AIA)

Email : Arquivodeidentidadeangolano@gmail.com

Website: www.aiaangola.org

Instagram: [aia_angola](https://www.instagram.com/aia_angola)

Facebook: Arquivo de Identidade Angolano

Associação Íris Angola

Facebook: Iris Angola Association

Email: associacaoirisangola@gmail.com

Website: www.associacaoirisangola.com

Instagram: [associacaoirisangola](https://www.instagram.com/associacaoirisangola)

Aliança de Trabalhadores de Sexo de Angola (ATSA)

Facebook: Aliança dos Trabalhadores de Sexo de Angola

Email: joelsongildo18@gmail.com

DESCOLORIR

E-mail: descolorir72@gmail.com

Movimento Eu Sou Trans Angola

Facebook: Movimento Eu Sou Trans Angola

Email: eusoutransangola@yahoo.com

Movimento T

Facebook: Movimento T

Email: Movimentot@gmail.com

Queer People

Facebook: QueerPeople

Email: queerpeople123@gmail.com

Referências

(1) UNICEF. O que são direitos humanos?

<https://www.unicef.org/brazil/o-que-sao-direitos-humanos> (acessado 07-11-2024).

(2) ONU. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nações Unidas - ONU Portugal.

<https://unric.org/pt/declaracao-universal-dos-direitos-humanos/> (accessed 2024-11-07).

(3) MASFAMU, ABC do Género, 2024. Link: https://oga.masfamu.gov.ao/abc_do_genero

(acessado 02-07-2025)

(4) Assembleia Constituinte. Constituição da República de Angola 2010, 2010.

<http://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2018/05/constituicao-da-republica-de-angola.pdf> ((acessado 07-11-2024)

(5) Assembleia Nacional. Código Penal e Do Processo Penal Angolanos, 2020.

https://tribunalsupremo.ao/wp-content/uploads/2023/03/C%C3%B3digo-Penal-e-do-Processo-Penal-Angolanos-2020-DRI-179_11-Novembro-176_230110_151357-1.pdf (acessado 07-11-2024)

(6) M.V. Lee Badgett; Sheila Nezhad; Kees Waaldijk; Yana van der Meulen Rodgers. The Relationship between LGBT Inclusion and Economic Development: An Analysis of Emerging Economies; The Williams Institute, UCLA School of Law: Los Angeles, 2014.

<https://williamsinstitute.law.ucla.edu/wp-content/uploads/LGBT-Inclusion-Economic-Dev-Nov-2014.pdf> (acessado 04-04-2024)

(7) Resolution on Protection against Violence and other Human Rights Violations against Persons on the basis of their real or imputed Sexual Orientation or Gender Identity - ACHPR/Res.275(LV)2014. African Commission on Human and Peoples' Rights.

<https://achpr.au.int/en/adopted-resolutions/275-resolution-protection-against-violence-and-other-human-rights-violations> (acessado 29-08-2024)

(8) AU. African Youth Charter, 2006.

https://au.int/sites/default/files/treaties/7789-treaty-0033_-_african_youth_charter_e.pdf (acessado 29-02-2024)

(9) De Araujo, C. "Surveying the Economic Profile of LGBTI People in Luanda, Angola", Presentation at the Workshop on LGBTI Economics, International Association for Feminist Economics (IAFFE), Rome, 2024.



GOVERNO DE
ANGOLA

minsa governo
Ministério da Saúde



#WeBelongAfrica

